

O RACISMO NO FUTEBOL DO RIO DE JANEIRO NOS ANOS 20: UMA HISTÓRIA DE IDENTIDADE¹

Antonio Jorge SOARES*

RESUMO

A fundação da Associação Metropolitana de Esportes Atléticos (AMEA) em 1924, segundo a versão dominante de jornalistas e acadêmicos é tomada como o principal indício da mentalidade racista presente no futebol nos anos 20. O Clube de Regatas Vasco da Gama, ao vencer o campeonato de 1923 com um time de negros e mestiços, teria motivado a ruptura no futebol e a criação da AMEA. O objetivo deste estudo é demonstrar que a trama “racista” que explica a fundação da AMEA em decorrência da vitória do Vasco debilita-se, e no máximo torna-se lateral, pela ausência de dados. A fundação da AMEA, a partir de novos levantamentos, é melhor explicada pela tensão entre a manutenção da ética do amadorismo e a rápida popularização do futebol nos anos 10 e 20 do século XX, e pela dinâmica das instituições esportivas.

UNITERMOS: Futebol - História; Vasco; Racismo; Amadorismo.

INTRODUÇÃO

As narrativas produzidas por jornalistas a partir de fatos envolvendo clubes e jogadores do futebol no Brasil têm sido tradicionalmente fonte de criação de mitos e, como tal, têm influenciado ou confundido pesquisadores pouco familiarizados com as idiosincrasias deste esporte. O esporte parece ser um campo fértil à invenção de tradições ou à construção de histórias de identidade, no sentido de Hobsbawm. O conceito de “história de identidade” pode ser entendido como o uso emocional do passado para justificar instituições e ações no presente e/ou alimentar algum tipo de auto-estima ou ressentimentos de coletividades. Neste sentido, as funções e usos sociais da história por grupos, instituições e indivíduos não devem ser confundidos com o ofício de fazer história profissionalmente.

A “heróica” história do Clube de Regatas Vasco da Gama como o pioneiro a romper com as barreiras raciais e sociais no espaço do futebol é um exemplo de história de identidade,

presente em nosso cotidiano e em elaborações acadêmicas. O Vasco foi tomado como enredo de Escola de Samba no Carnaval carioca de 1998; o vereador Antônio Pitanga, vascaíno e militante no movimento negro, declarou que pretendia apresentar um projeto de lei para tornar obrigatório o ensino da história do Vasco nas escolas do Município do Rio de Janeiro. Para o vereador, a história deste clube é um dos marcos da luta do negro por igualdade na sociedade brasileira². A façanha narrada é a seguinte: o Vasco, com um time de negros, mestiços e brancos pobres, ao vencer os afortunados brancos – burgueses e aristocratas do Fluminense, Botafogo, América e Flamengo – teria revolucionado o futebol em direção à democratização. Mas, segundo as narrativas, a vitória do Vasco em 1923 não teria sido aceita consensualmente pelos famosos “clubes de brancos”³ e a reação teria sido formar uma “liga branca” que excluísse o Vasco, com seus negros e mestiços. A nova instituição, segundo o jornalista Mário Filho e seus reprodutores, desejava fazer

* Centro Federal de Ensino Técnico da Universidade Gama Filho.

voltar os bons tempos do futebol “só para brancos” (Rodrigues Filho, 1947, 1964). Assim, a fundação da AMEA (Associação Metropolitana de Esportes Atléticos) é apontada pelas narrativas como um dos principais indícios ou prova da mentalidade racista/segregacionista que rondou o futebol carioca na década de 20.

Essa “história” é contada e recontada, divulgada em jornais e reforçada em artigos de natureza acadêmica (Caldas, 1990; Corrêa, 1985; Gordon Junior, 1995/96; Helal, 1997; Leite Lopes, 1994; Mattos, 1997; Murad, 1994, 1996; Santos, 1981). Observe-se que não são poucos os textos acadêmicos que reproduzem a “história do Vasco” como o clube que rompeu com o racismo no futebol. Tais artigos utilizam exclusivamente as interpretações contidas no livro de Mário Rodrigues Filho (1947, 1964), “O negro no futebol brasileiro”. Esse livro se tornou “uma fonte inesgotável de dados”, que mais têm servido à construção de histórias de identidade do que auxiliado o processo de levantamento de novas fontes e de elaborações mais rigorosas sobre a dinâmica da instituição e popularização do futebol no Brasil (Soares, 1998, 1999). Talvez, o fato de Mário Filho ter vivido próximo aos eventos que narra como jornalista e escritor tenha servido como argumento de legitimação para aqueles que utilizam desatentadamente seu texto. Contudo, o relato de um personagem do passado, seja o rei ou o servo, deve apenas ser encarado pelo historiador como uma das versões do ocorrido (Veyne, 1995). De fato, os artigos escritos academicamente sobre a história do futebol reproduzem univocamente a interpretação de Mário Filho, eivada de “bias”, onde fatos e ficção se interpenetram (Soares, 1999).

Observe-se que, para ser justificada, a história do Vasco como o clube que rompeu com o racismo necessita apresentar indícios sobre as barreiras raciais existentes no futebol da época. Não se pode justificar tal história pelo simples fato do Vasco ter formado em 1923 uma equipe com negros, mulatos e brancos, por vários motivos: a) se existisse segregação, diretamente relacionada à questão racial, o Vasco não teria participado com essa equipe no Campeonato de 1923; b) o Vasco não foi o primeiro clube de futebol a ter negros e mulatos em suas equipes de futebol (Rodrigues Filho, 1964; Soares, 1998); c) na década de 20, negros e mulatos, ainda que poucos, já habitavam outros espaços sociais mais valorizados do que o esporte (tais como a literatura, a medicina, o direito, a política e o oficialato do exército -

Freyre, 1996). Assim, não podemos atribuir pioneirismo ao Vasco por ter misturado racialmente sua equipe em 1923. A história do Vasco de “luta contra o racismo” relaciona três eventos de forma causal, sem reconstituir as tramas específicas e sem realizar levantamentos de novos indícios que animaram os eventos em tela: a vitória do Vasco em 1923; a fundação da AMEA em 1924; e a não-participação do Vasco no campeonato promovido nesse ano pela nova entidade. Entretanto, as narrativas que seguem a ambígua narrativa de Mário Filho tomam a fundação da AMEA como indício ou prova da reação racista/segregacionista que dá sentido à heróica história do Vasco na década de 20. A interpretação de Mário Filho sobre esses eventos parece que basta aos intelectuais, na medida em que bem se ajusta ao discurso politicamente correto em voga.

O sentido conferido à fundação da AMEA na luta anti-racista do Vasco acaba por tornar secundário o debate sobre o amadorismo, que gerava uma série de conflitos no interior das instituições esportivas no período retratado. Assim, no escopo das narrativas sobre esses eventos, o amadorismo surge como algo que deve ser colocado como lateral, ou como uma forma de dissimular a segregação racial no espaço do futebol. O amadorismo, por definir critérios de participação a partir de critérios de distinção social, é tomado como sinônimo ou estratégia de racismo um vez que as camadas populares eram povoadas por negros e mestiços. A lógica utilizada reduz demasiadamente a complexidade das relações raciais na sociedade brasileira da época. Por exemplo, Mattos (1997, p.87) afirma um processo de segregação explícita, no primeiro plano de sua narrativa, sem apresentar nenhum novo indício: a AMEA teria exigido que o Vasco retirasse os jogadores negros do time; depois atenua sua afirmação, dizendo que a AMEA “não proibiu que os negros fossem escalados nos times, mas criou uma série de regras a serem obedecidas pelos clubes”. Entre tais regras figurava a de que os times só poderiam ser formados por trabalhadores que não exercessem funções subalternas e por estudantes. Para Mattos e os autores supracitados, o “ethos” do amadorismo funciona apenas com elemento dissimulador do racismo e da segregação. Devemos destacar que as atuais narrativas sobre esses eventos confundem, não distinguem ou não apresentam nuances sobre os conceitos de: racismo, segregação, preconceito racial e distinção social. Assim, a repetição dessa história ou quase-

história, sem dados empíricos e sem fineza conceitual, válida e legítima a versão a ponto de transformá-la em um mito.

Se temos a fundação da AMEA como principal indício de segregação racial sofrida pelo Vasco e seus jogadores, devemos acompanhar a criação dessa entidade e as suas relações com os clubes. Rastreamos os jornais da época e outras fontes, podemos constatar que o racismo/segregação vinculado à AMEA, e que confere significado à história do Vasco, debilita-se pela ausência de dados. A fundação da AMEA é melhor explicada pela hipótese da manutenção da ética do amadorismo num esporte que se popularizou rapidamente, e pela dinâmica das instituições esportivas e de seus membros. Criar ligas ou desfazer ligas, em função de conflitos dessa natureza, não era novidade naquele contexto, no Brasil ou no exterior (Cf. Sacher & Palomino, 1988). Tomás Mazzoni (1950, p.160) relata várias cisões internas em torno de entidades esportivas em São Paulo, no Rio de Janeiro e em outros estados brasileiros:

A temporada de 1921 registrou um episódio interessante, em São Paulo, com a revolta dos chamados pequenos clubes contra a APEA. [...] Não tendo sido satisfeita a sua ambição nos estatutos aprovados em 21 de março de 1921, os clubes da Segunda Divisão, que de há muito desejavam uma lei que facultasse o seu acesso à Divisão Superior, pediram demissão em quase sua totalidade, indo constituir outra entidade esportiva a que deram o nome de Federação Paulista de Esportes.

Se utilizarmos o esquema de Hirschman (1973) poderemos entender que associações voluntárias (clubes, partidos políticos e ligas) são espaços propícios para que se ativem os mecanismos da “voz ou saída” dos membros-clientes, quando não satisfeitos com algo no interior das organizações. Tais mecanismos tanto podem auxiliar a recuperação das organizações quanto a sua degeneração; assim, não existe uma combinação ideal aprioristicamente. Entretanto, os diferentes tipos de organizações (comerciais, família, associações voluntárias) podem dar espaço em graus diferenciados a esses mecanismos, ou podem funcionar usando apenas um dos mecanismos. “São relativamente poucas as organizações onde ambas – voz e saída – representam papéis importantes: as principais são as associações voluntárias de todo o tipo”

(Hirschman, 1973, p.120). Neste sentido, poderemos ver que a dinâmica dos conflitos no interior das organizações do futebol combinam esses dois mecanismos. De fato, a manutenção do “ethos” amador num esporte que rapidamente se popularizava e os interesses divergentes dos clubes-membros provavelmente fizeram surgir conflitos dessa natureza. Acompanhemos a fundação da AMEA e sua relação com os clubes da época para desmistificarmos o principal indício utilizado na história de perseguição ao time de negros e mestiços do Vasco.

DISSIDÊNCIAS EM 1924 E A FUNDAÇÃO DA AMEA: ONDE ESTÁ O RACISMO?

O jornal *O Paiz* anunciava que o futebol em recesso nunca tinha vivido tantas confusões e mudanças como naquele início de temporada em 1924⁴. A instituição que governou o futebol carioca até essa data foi a METRO (Liga Metropolitana de Esportes Terrestres). Os “grandes clubes”⁵ não estavam satisfeitos com o tipo de administração populista que vinha sendo implementada. Assim, Botafogo, Fluminense, Flamengo e América, insatisfeitos, apresentaram uma proposta de reforma dos estatutos da METRO.

A proposta geral intencionava reforçar o poder decisório dos “grandes clubes” no interior da METRO. Para isso, propunha: a) formar um conselho deliberativo de nove membros, que seria composto por cinco “representantes dos pequenos, indicados pelos grandes, e quatro representantes dos quatro clubes que promoveriam a reforma”⁶ e b) introduzir o sistema da eliminatória olímpica para definir os clubes que participariam da divisão principal. A eliminatória olímpica, pelo que se entende nas matérias jornalísticas, incluía outras modalidades esportivas para definir os clubes que participariam da série principal no futebol. Sua intenção explícita era valorizar os clubes que desenvolviam uma cultura esportiva generalizada e criar mecanismos para transformar os clubes especialistas em futebol em clubes generalistas. Os efeitos da implementação desse modelo seriam a redução do número de clubes na série principal e a garantia de lugar cativo na série principal de futebol para os clubes que já desenvolviam outros esportes. Esse modo de eliminatória deveria substituir aquela que tomava por critério apenas o desempenho do clube na modalidade de futebol. Outro item da agenda da reforma proposta era o prazo, fixado em cinco

anos, para os clubes reformarem ou construírem instalações próprias e apropriadas para a prática de futebol e outros esportes⁷.

Tal proposta não foi bem vista tanto pela imprensa quanto pelos demais clubes que faziam parte da METRO. O *Correio da Manhã* informava que, se aprovada a reforma proposta pelos “grandes, a maioria dos clubes ficaria a reboque das decisões dos “*quatro reformadores*”⁸. Os “pequenos clubes” manifestaram-se rapidamente contrários à proposta⁹.

Os “grandes” ativaram a “voz” propondo a *reforma*, pois estavam descontentes com os rumos da entidade e para isso reivindicavam mais cotas de poder. Os argumentos que fundamentavam a proposta eram os seguintes: a) os “grandes” clubes haviam realizado esforços financeiros e filantrópicos para desenvolver a cultura esportiva generalizada. Nesse sentido, mobilizaram recursos para implementar vários esportes e construíram instalações apropriadas para várias modalidades esportivas. Assim, os “grandes” se sentiam injustiçados frente à situação em que os “pequenos”, quase todos especializados em futebol, sem instalações apropriadas e sem nada ter realizado pelo desenvolvimento de uma cultura esportiva abrangente, tinham a hegemonia nas decisões na METRO; b) o amadorismo dos atletas era pouco controlado pela METRO, e com isto alguns clubes estariam profissionalizando veladamente o futebol, que na época era o esporte mais popular. Deve-se ter em mente que a idéia do desenvolvimento de uma cultura esportiva estava intrinsecamente vinculada aos valores aristocráticos da prática esportiva desinteressada, que se traduz no ideal do esporte amador (Mandell, 1986). Apesar desses valores terem origem aristocrática, pode-se dizer que a burguesia ascendente os incorporou, no campo esportivo¹⁰. Vejamos o processo que resultou na “saída” dos “grandes” da METRO.

A notícia publicada no *Correio da Manhã*, “O Prólogo da Scisão”, explicitava a discordância dos “clubes pequenos” em relação aos critérios de formação do conselho deliberativo e da eliminatória olímpica¹¹. Segundo o jornal, o Vasco teria se aliado aos “pequenos” em função da “proposta, [...dos] Clubes, Botafogo, América, Flamengo e Fluminense.[...]não garantir [...]sem absoluto os direitos dos demais.”¹². O Vasco não teria discordado da fórmula da eliminatória olímpica e nem do prazo para construção de instalações esportivas. A discordância situava-se na desigualdade de direitos de discussão e voto em

favor dos *reformadores* e nos critérios que definiam o jogador amador. Sobre o amadorismo, a diretoria do Vasco anunciou que no momento oportuno apresentaria seu ponto de vista¹³.

No dia 22 de fevereiro a cisão no futebol carioca consuma-se: “Cinco clubes abandonam a entidade carioca”¹⁴. Como o mecanismo da “voz” não havia funcionado, os reformadores operaram com o mecanismo da “saída”. A proposta de reforma dos “grandes” foi derrotada em assembleia. Em definitivo, os “pequenos” não aceitavam o critério da eliminatória olímpica. A diferença de 21 votos contra 15 fez permanecer a “*eliminatória de football*”. É importante ressaltar que o Vasco teria votado com os “grandes” sobre esse item da reforma¹⁵. (O Vasco como clube já possuía tradição nos esportes náuticos e em outros esportes, portanto esse item não o incomodava. O que perturbava o campeão carioca de futebol de 1923 era não ter os mesmos direitos de decisão e voto que os reformadores.)

Nesse clima de dissidências as manchetes tornaram-se cada vez mais bombásticas. O *Correio da Manhã* anunciava “Football - O Momento - Hontem, Hoje e Amanhã. O que resultará da scisão?”¹⁶ Segundo o jornal, a cisão colocaria a METRO em situação financeira delicada, sem a presença dos “grandes clubes”¹⁷. Esse jornal, àquela altura dos acontecimentos, alinha-se aos dissidentes afirmando que a cisão teria ocorrido em função dos interesses financeiros se sobrepossem aos interesses do desenvolvimento da cultura esportiva no interior da METRO. Uma das marcas da perda do ideal do desenvolvimento da cultura esportiva seria o descaso da entidade em relação ao controle do amadorismo.

Não tardou e os reformadores fundaram uma nova liga, em 29 de fevereiro de 1924, mas, como o ano era bissexto, resolveram oficializar a data da fundação para 1 de março. A manchete estampava “OS DISSIDENTES DO FOOTBALL CARIOCA FUNDARAM HONTEM A ASSOCIAÇÃO METROPOLITANA DE ESPORTES ATHLETICOS – AMEA”¹⁸. No mesmo dia da fundação, o Vasco, apesar de ter sido adversário dos reformadores na METRO, anunciava que seu conselho deliberativo dera indicativo favorável para filiar-se à AMEA¹⁹. O conselho entendia que, em função da qualidade dos dissidentes, a METRO não representava mais o esporte carioca²⁰. O Imparcial, também neste dia, noticiava que “[Já] se fala do desligamento do Vasco da METRO”²¹. O Paiz anunciava que a

saída de Vasco, Andarahy e São Cristóvão deixaria a METRO numa situação quase insustentável em termos financeiros e de prestígio²².

A nova instituição recebeu o apoio quase total da imprensa. Após o primeiro mês de existência, depois de uma série de reuniões e acordos, os estatutos da nova liga foram divulgados na íntegra pelo Correio da Manhã²³. Os Estatutos da Associação Metropolitana de Esportes Athleticos em pouco diferiam dos itens da reforma proposta na METRO.

O artigo 4o. do estatuto definia quatro classes de membros associados: *os fundadores, os efetivos, os especialistas e os honorários*. Os *fundadores* eram os clubes que assinaram a ata de fundação: Fluminense, Botafogo, Flamengo, América e Bangu; os *efetivos* eram aqueles que preenchessem os requisitos quanto a instalações esportivas e quanto à prática generalizada de esportes; os *especialistas* eram os clubes dedicados a um ou dois esportes. O Vasco reivindicava ser um dos membros *efetivos*, na medida em que cumpria o requisito de praticar vários esportes; apenas não preenchia o quesito de possuir instalações apropriadas e campo de futebol dentro dos padrões. Mas sua diretoria assumia o compromisso de sanar rapidamente este problema.

O artigo 5o. previa um processo detalhado para aceitação de inscrição dos atletas. Os clubes deveriam indicar o nome do atleta por extenso, a residência atual e a anterior, a profissão que exercia no momento e a que havia exercido anteriormente, bem como os endereços do emprego atual e anterior, e ainda os nomes das pessoas sob cuja direção exercia ou teria exercido sua profissão. Além do controle da vida dos atletas, os dirigentes também deveriam ser investigados na vida pública e privada, para que lhes fosse atestada a idoneidade. Observe-se que este artigo previa uma espécie de vigilância ostensiva da ética do amadorismo; ética que se traduziria em elemento de distinção social e pertencimento desinteressado ao esporte (Bourdieu, 1990; Elias, 1993; Elias & Dunning, 1992; Mandell, 1986).

O artigo 5o., que previa um maior rigor no controle do amadorismo, deve ser analisado em detalhe. Os grandes clubes dependiam da renda da bilheteria gerada pelo futebol para saldar seus compromissos; para investir na manutenção e na construção de instalações e, como já era corrente aqui e alhures, para pagar, dissimuladamente, as gratificações aos seus “amadores”. Lutar pelo controle do amadorismo seria, talvez, uma forma de controle

dos times pequenos e de autocontrole financeiro para os “grandes”. A sindicância ostensiva pode ser lida como uma estratégia de limitar ou retardar a profissionalização que estava sendo gestada. O futebol poderia, assim, dar lucro e voltar a ser um elemento de distinção social. Os clubes pequenos e especializados em futebol – que mais facilmente poderiam tornar-se empresas gerenciadoras de talentos – sob vigilância ostensiva ficariam limitados.

O cenário de apostas e subornos que sempre rondou o esporte certamente estava presente no imaginário dos fundadores da AMEA. Nesse sentido, o artigo 10o. previa que os membros associados deveriam punir seus sócios quando ficasse comprovada a tentativa de suborno.

O artigo 9o. do Estatuto era certamente um dos mais conflituosos. Fica explícito, em sua formulação, a intenção de destinar cotas diferenciadas de poder em favor dos “grandes”. O membros *fundadores* e *efetivos* teriam direito permanente a cinco votos e mais um por esporte praticado, dentre os regulamentados pela AMEA (tênis, atletismo e outros)²⁴. Os clubes especialistas teriam permanentemente um voto, e mais um por esporte praticado. A forte adesão dos clubes pequenos à AMEA, mesmo com poder limitado, indica que os “pequenos” não gostariam de jogar sem o brilho e sem as rendas que os “grandes” clubes proporcionavam. Se a “voz” dos dissidentes não fora legitimada no interior da METRO, ela se impôs na AMEA.

Diante daquele cenário, vários clubes requisitaram o ingresso na nova liga. A “saída” dos clubes da METRO para a AMEA pode ser explicada como um mecanismo simples de concorrência de mercado. Observe-se que os grandes clubes possuíam infra-estrutura ideal para a prática do futebol (campos com arquibancadas) e as grandes torcidas, o que, teoricamente, proporcionava mais brilho e melhores rendas, como já comentado. Provavelmente, é por este motivo que observamos as adesões à AMEA serem noticiadas enfaticamente: São Cristóvão e Andarahy teriam sido aceitos na nova liga e o Helênico A.C. pedia seu ingresso²⁵. Outra notícia informava que o conselho deliberativo do Vasco da Gama divulgou uma moção de apoio aos clubes fundadores da AMEA²⁶. Todos os clubes com relativa importância desejavam pertencer à nova entidade. Os jornais elogiavam a estratégia da entidade no controle do amadorismo e acreditavam na volta dos bons tempos, onde os cavalheiros de educação aprimorada voltariam a dar brilho ao

esporte²⁷. A AMEA, ao que tudo indicava, parecia estar consolidada. Pode ser notado que nada em relação à questão racial é colocado nas matérias jornalísticas descritas até aqui.

A nova entidade havia desistido de formar duas séries com oito clubes de futebol cada, como fora previsto inicialmente, e anunciava uma única série com 10 clubes. Esta decisão era uma espécie de acordo político para que todos participassem da divisão superior no seu primeiro campeonato. Tal decisão pode ser lida como casuísmo, na medida em que recebeu apenas cinco adesões, se não contarmos os fundadores. Entretanto, as cinco adesões foram dos clubes de maior expressão do futebol carioca. A lista dos 10 clubes associados foi a seguinte: América, Andarahy, Bangu, Botafogo, Flamengo, Vasco, Fluminense, Helênico, São Cristóvão, S.C. Brasil²⁸.

Quando os rumos do futebol carioca pareciam estar definidos, um novo conflito surge no interior da AMEA. *O Paiz* noticiou, em forma de boato, que um time da zona norte estaria discordando da decisão da AMEA de afastar alguns de seus jogadores, e iria contestá-la²⁹. No dia 7 de abril, anunciou-se que a AMEA havia tomado decisões quanto aos dias dos jogos e quanto ao sistema de eliminatórias para o futuro campeonato.

Os clubes fundadores, de acordo com uma deliberação de ontem, não terão jogos entre eles no sábado [jogando apenas no domingo], o mesmo não acontecendo quando tiverem um encontro com quaisquer dos cinco clubes [não-fundadores], que tiveram sua filiação após a fundação da AMEA³⁰.

Tal decisão não foi bem aceita pelos clubes pequenos, pelo Vasco, nem pela imprensa em geral, e a crise explode³¹. A decisão dos fundadores de jogarem aos domingos indicava, para os analistas da época, que a AMEA não mudaria o quadro moral do esporte carioca. Observe-se o trecho da matéria "Pau que nasce torto":

(...) Tudo que era uma promessa transformou-se na expressão do mesmíssimo interesse financeiro e egoístico que os movia, anos atrás, no meio daqueles que a severidade exterior procura agora hostilizar por todos os modos³².

A cisão no interior da nova entidade tornou-se inevitável. O Vasco desliga-se da AMEA justificando publicamente sua decisão: a) não

aceitava os privilégios que os fundadores se autoconcederam, por achar injusto o modelo de exercício do direito de discussão e voto. Os argumentos da falta de infra-estrutura e das deficiências de seu campo de futebol também não eram aceitos pelos dirigentes vascaínos; b) não concordava com o processo de sindicância realizado sobre as posições sociais de seus jogadores. Tal processo, segundo os dirigentes do Vasco, havia sido realizado sem um representante do clube e sem direito a defesa³³. A diretoria do clube concluía o manifesto afirmando que só voltaria atrás caso os mesmos privilégios que gozavam os fundadores fossem concedidos ao Vasco. Devemos observar que dentre os argumentos acima levantados não aparece a questão racial; o que é explicitamente aludido como motivo de discordância é a sindicância realizada sobre as posições sociais dos seus jogadores. Entretanto, o que o Vasco explicita em seu protesto público é a reivindicação por igualdade de voto e voz.

Em 19 de abril a AMEA respondia às acusações do Vasco através de seu presidente, Arnaldo Guinle. Ele contra-argumentou afirmando que o Vasco, antes de seu pedido de filiação, conhecia seus direitos e sua qualidade de sócio, como estabelecia o Estatuto. Afirmou também que o direito de defesa jamais teria sido negado ao Vasco ou a qualquer outro clube³⁴. Os argumentos finais de Guinle, apresentados publicamente, tinham por intenção provar que o Vasco praticava o semiprofissionalismo, ou amadorismo marrom³⁵. Guinle demonstrava a contradição dos dirigentes vascaínos sobre a condição amadora de seus jogadores. O Presidente da AMEA declarou que, em certa ocasião, havia dito ao presidente do Vasco que esperava ver portugueses jogando futebol, já que era esse um clube da colônia. A resposta do presidente vascaíno, segundo Guinle, teria sido que o comércio português, por ser árduo e pesado, não permitiria que os funcionários deixassem suas obrigações para entregar-se aos jogos da AMEA³⁶. Observemos, mais uma vez, que o debate entre o Vasco e a AMEA tinha por foco a questão do amadorismo e das cotas de poder no interior da nova entidade, e a questão racial em nenhum momento vem à baila; mesmo numa época em que não existia nenhuma lei anti-racista.

O Vasco acabou retornando à METRO e foi campeão em 1924. O Rio de Janeiro conviveu com dois campeonatos que dividiram as demandas de espectadores; e, pelos relatos, percebe-se que foram dois campeonatos insossos.

Um ano mais tarde, depois de uma série de acordos intermediados pelo Sr. Carlito Rocha, o Vasco resolveu filiar-se definitivamente a AMEA. Será que podemos tomar a fundação da AMEA, após a descrição realizada, como indício e/ou prova de racismo contra o Vasco?

A HISTÓRIA DE IDENTIDADE NÃO BASTA

A versão das dissidências no futebol carioca ocorridas em 1924, com base em Mário Filho e no modelo da mentalidade racista existente no Brasil, parece bastar aos intelectuais que repetem e reeditam essa história. Vários estudos e nossa experiência como brasileiros confirmam a existência do racismo ou do preconceito racial no Brasil. Entretanto, o pressuposto teórico e geral do racismo não indica que se possa imputar sentido à referida trama descrita sem dados empíricos que confirmem a explicação. Os novos dados apresentados aqui indicam que o modelo de uma história social explica melhor o evento em questão. A análise das interações dos atores coletivos e individuais, demonstra que os interesses dos clubes e a articulação em torno da oposição amador/profissional explicam melhor a dinâmica do futebol da época e de suas instituições do que a tese do racismo/segregação. Observemos a montagem do quebra-cabeça para desmistificar a relação causal entre a vitória do Vasco em 1923, a fundação da AMEA em 1924 e a não participação do Vasco no campeonato dessa entidade apenas no primeiro ano de sua existência.

O futebol era um esporte popular e de massas no ano de 1924. Os clubes já não podiam prescindir do prestígio do futebol, nem do orçamento gerado pela bilheteria dos jogos; também não podiam prescindir do bom jogador, independente da sua “raça”. Entretanto, o valor do amadorismo no campo esportivo era ainda muito forte, o esporte como campo objetivo de negócios ainda não era dominante nem aqui nem na Europa, à exceção dos Estados Unidos, que desde cedo descobriu no esporte um campo fértil de negócios (Mandell, 1986). O ano de 1923 tinha apresentado uma surpresa para os grandes clubes: o Vasco, um novato na liga superior, venceu o campeonato. Mas era evidente que o Vasco tinha sido campeão com uma estrutura profissional encoberta; os jogadores sob a direção do treinador estrangeiro Platero dedicavam-se exclusivamente ao futebol. O próprio Mário Filho relata que era visível a diferença de preparação física dos jogadores do Vasco, e que os

mesmos treinavam com estivessem em “colégio interno” (Rodrigues Filho, 1964). A METRO, em virtude da política populista implementada por seu presidente, Sr. Agrícola Bethlem, não realizava o controle ostensivo sobre a condição social dos jogadores, e tinha inflacionado o número de filiados. Com essa política, o presidente visava garantir sua hegemonia no controle da entidade. Para completar o cenário de surpresas, o Botafogo por pouco teria sido rebaixado para a segunda divisão em 1923 e o Fluminense também já havia passado por esse susto anteriormente, segundo Rodrigues Filho (1964). Os “grandes” clubes não podiam correr esses riscos; não podiam cair para a segunda divisão, se eram eles que faziam do futebol um esporte rentável para todos. Sair da divisão principal do futebol significaria perda de prestígio e morte financeira. Diante deste quadro, os “grandes” resolveram ativar a “voz” no interior da METRO.

No início de 1924, os “grandes”, liderados pelo Fluminense, desejavam mudar a correlação de forças no interior da METRO, e assim formularam suas reivindicações. Com base no critério do desenvolvimento material e da cultura esportiva, pleitearam direitos especiais na METRO. A exigência dos “grandes”, ainda que falasse de desenvolvimento de uma cultura esportiva generalizada, estava pautada na lógica de solicitar proteção e tratamento diferenciado na medida em que eles investiam mais recursos, tinham maior número de torcedores e abriam as portas de seus estádios para que o campeonato ocorresse. Suas reivindicações de certa forma se assemelham à da indústria brasileira em relação aos produtos importados. Os industriais brasileiros pedem proteção ao Estado e redução de impostos por gerarem empregos, e pedem para sobretaxar os produtos importados, muitas vezes ao custo da ineficiência. Os “grandes”, por seu desenvolvimento e tradição, também não queriam ficar expostos à ineficiência em um determinado esporte, principalmente no futebol, e caírem para uma divisão inferior (observe-se os casos do Botafogo e do Fluminense, acima citados). Se os “grandes” faziam o esporte, não podiam ficar à mercê do azar em relação aos times pequenos e de várzea, já que estes tinham os mesmos direitos e poderes de decisão no interior da METRO. Neste sentido, os “grandes” realizaram um projeto de reforma no sentido de lhes assegurar direitos especiais, mas os “pequenos” derrubaram a proposta em assembléia. Os “pequenos” não estavam dispostos a abrir mão do poder que tinham

conquistado. Lembremos que o Vasco, ainda na METRO, só discordava dos “grandes” quanto à diferenciação do direito de discussão e voto. Quanto à eliminatória olímpica, não fazia nenhuma objeção.

Os “grandes” não se conformaram com a derrota na METRO e criaram a AMEA. A nova entidade teria invertido o jogo na configuração do esporte carioca. Com a “saída” dos principais clubes da METRO, essa entidade estaria desprestigiada e quase arruinada financeiramente, segundo as versões dos jornais da época. Os principais estádios de futebol pertenciam aos “grandes”; as maiores torcidas, que engrossavam as rendas, também. Diante deste cenário, apesar dos “grandes” fundarem a nova entidade de acordo com os seus interesses, vários clubes, dentre eles o Vasco e o Andarahy, solicitaram seu ingresso na AMEA.

Tudo parecia ir bem até que a comissão organizadora da AMEA decidiu que os jogos aos domingos seriam privilégio (financeiro) garantido aos sócios-fundadores, aqueles que tinham assinado a ata de fundação da entidade. Com esse fato surge um novo conflito no interior da recém fundada AMEA. O Vasco e o Andarahy desligaram-se e retornaram à METRO.

Pelos dados levantados e pela reconstrução da trama das dissidências em 1924, fica difícil aceitar a hipótese do racismo como motivador primário dos conflitos em questão e, principalmente, como o motivo da fundação da AMEA. Deve-se destacar que nenhum dado empírico ou declaração racista explícita é encontrada nos jornais da época ou no texto de Mário Filho. A hipótese racista, como motor das dissidências, é enfraquecida quando o próprio Mário Filho diz que os negros do Bangu teriam sido aceitos na AMEA porque sobre eles não existiam dúvidas quanto ao amadorismo. (Observe-se que a condição amadora dos jogadores do São Cristóvão também foi questionada, mas seu presidente reverteu a situação junto à AMEA e os jogadores sob suspeita integrantes da equipe em 1924 participaram do campeonato dessa entidade. Cf. Rodrigues Filho, 1964, p.136-7.) Por que os negros do Bangu foram aceitos sem contestação e negros de outros clubes poderiam ser colocados sob suspeita? A resposta está em Mário Filho: os negros do Bangu eram operários da fábrica de tecidos Progresso Industrial Ltda., localizada no bairro que deu o nome ao clube. Entretanto, qualquer negro, sem nome familiar ou profissão de prestígio, que aparecesse para jogar em time da

primeira divisão tinha sua condição de amador colocada sob suspeita. Não se pode esquecer que a maioria dos negros e mestiços daquela sociedade ocupava posições inferiores e empregos subalternos³⁷. A lógica “quanto melhor condição social e econômica, maior a probabilidade do jogador ser amador” provavelmente governava as percepções dos dirigentes esportivos. Assim, é provável que a desconfiança fosse maior em relação aos negros sem sobrenome de prestígio. Sobre um Joaquim Prado, membro de tradicional família paulista, negro e jogador do requintado Paulistano, não pairaria dúvida quanto a sua condição de amador (Rodrigues Filho, 1964, p.136-7). A hipótese racista, sem dados, torna-se no máximo lateral, mesmo se interpretarmos que a cor ou “raça” fosse, para os membros da AMEA, um motivo de suspeita da condição social do jogador de origem familiar desconhecida, pelo preconceito que associa raça e classe social.

A discussão do “ethos” amador fazia parte de uma configuração no cenário esportivo da época e de outras esferas de atuação social. Lembre-se que Maquiavel já descrevia as vantagens do exército formado por soldados “amadores” em relação aos mercenários, na conquista e manutenção dos principados. Na esfera da política, o debate sobre amadorismo “versus” profissionalização dos políticos não era novo, assim como no campo da arte. No campo esportivo a discussão estava na pauta dos jornais. O Paiz de 27 de fevereiro de 1924 divulgava que a Associação Paulista, na sua última assembléia, teria aprovado uma definição para o amadorismo; em 6 de março, o mesmo periódico publicava “A Remodelação da Federação Internacional de Futebol”, matéria que comentava que o Congresso de Paris buscava uma definição para o amadorismo. E em 19 do mesmo mês O Imparcial afirmava que a decisão da Associação Paulista fora certa em exigir do jogador de futebol comprovação de profissão lícita e certa, título de eleitor e atestado de residência pelo menos há seis meses na cidade. Se utilizarmos o modelo de Elias, o ideal amadorístico pode ser pensado como reação ou resposta dos “de cima” à pressão que os “de baixo” passaram a exercer no campo esportivo (Elias, 1993, p.248-62). De fato, o processo de profissionalizar atividades vinculadas ao âmbito do lazer, da religião e da política já vinha de longa data e os eventos em questão parecem fazer parte desse processo.

O que se está argumentando é que as dissidências de 1924 foram parte do processo de

profissionalização do futebol, num contexto tenso onde o amadorismo ainda era um valor que servia de mecanismo de resistência das elites que governavam o esporte, no Brasil e em outros países. Observe-se, por exemplo, que a própria AMEA apresentava no seu Estatuto objetivos aparentemente contrapostos: pretendia vulgarizar a prática dos esportes e manter o “ethos” do amadorismo³⁸. Assim, o processo de dissidências e crises deve ser entendido pela dinâmica interna das instituições desse tipo (clubes e associações), onde seus membros podem exercer o direito de “voz” ou de “saída” quando sentem-se descontentes ou contrariados em seus interesses ou direitos. A AMEA, pelo exposto até aqui, representa a “saída” dos “grandes” que estavam descontentes com a METRO; a resistência das elites ao processo de profissionalização do esporte; e/ou uma forma de garantir direitos especiais de permanência dos “grandes” na série principal do futebol (esporte que garantia rentabilidade aos clubes). Entretanto, não podemos pensar o racismo como o motivador dos eventos em tela a partir dos indícios que temos à mão.

A “heróica” trajetória do Vasco nos anos 20 ganha sentido dramático quando cruzada com a perseguição racial que tem sua suposta prova na fundação da AMEA. A vitória inquestionável do Vasco em 1923 não teria esse tom dramático se simplesmente pensássemos que aquela equipe foi montada com excelentes jogadores dedicados quase que exclusivamente ao futebol, isto é, que viviam sob uma estrutura semiprofissional bem sucedida em relação aos demais. Não teria o charme que tem caso aqueles que se nutrem de Mário Filho estivessem atentos à própria narrativa de seu inspirador, quando descreve que a equipe do Vasco era treinada exaustivamente por Platero e os jogadores eram

superiores em termos de preparação física porque viviam como “meninos de colégio interno”. Argumentos dessa natureza não serviriam para realizar um discurso épico do negro ou da mistura racial, com a roupagem do politicamente correto, como o que é apresentado nos artigos acadêmicos sobre o futebol (Cf. Soares, 1999). Por esta razão, a história do Vasco, para ganhar seu conteúdo dramático na fundação da AMEA, coloca o racismo em destaque e secundarizando o debate do amadorismo.

O que tentamos demonstrar é que a “heróica” trajetória do Vasco na luta contra o racismo na década de 20 é uma tradição inventada, é uma história de identidade (Hobsbawm, 1998). Sua origem está em Mário Filho, e a continuidade dessa tradição está na boca dos aficionados pelo Vasco, na imprensa e nos textos acadêmicos que tratam a referida história. Os recortes, as ênfases, os esquecimentos são reveladores dos mecanismos de construção da memória coletiva e da identidade. Os limites entre a história social, a história das mentalidades e a história de identidade são confusos e interpenetram-se. Mas isto não significa que uma mentalidade ou identidade informe exatamente o que se passou em um determinado evento ou trama específica. A “história” de racismo e perseguição da AMEA aos negros e mestiços do Vasco em 1924 tem, no máximo, servido à construção de um discurso acadêmico politicamente correto, cuja eficácia é apenas de reforço da identidade positiva dos vascaínos. Para concluir, reforçamos que a crise vivida no futebol carioca nos anos 20 fazia parte de uma configuração mais ampla do esporte; e que não se limitava ao Brasil. A popularização do futebol, seu processo de transformação em negócio e em profissão estava tencionado pelos valores amadorísticos ou aristocráticos do esporte.

ABSTRACT
**RACISM IN RIO DE JANEIRO'S FOOTBALL IN THE 20'S:
A HISTORY OF IDENTITY**

The formation of the “Metropolitan Athletic Sports Association – AMEA”, according to dominant interpretations, reflected the racist mentality in Brazilian football in the 20's. This new sport representative body seems to have been born due to Vasco's interests, once this newcomer to the first football clubs division in Rio de Janeiro had won the 1923 city's championship with a black and coloured team. The racist version since then have been found either in newspaper articles or in academic texts. Thus, the objective of this study is to demonstrate that the “racist plot” interpretation is not consistent, becoming rather a subsidiary evidence by the paucity of data. A new proposition is presented based on amateurism ethics and the growing popularity of football in the early decades of the XX century.

UNITERMS: Football – History; Vasco; Racism; Amateurism.

NOTAS

1. As idéias embrionárias deste texto foram apresentadas na mesa redonda Futebol no 6. Congresso Brasileiro de História, Lazer e Educação, 1998.
2. Cf. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 2 nov. 1997, Revista de Domingo, n.1122, p.20.
3. O conceito “clube de brancos” é cunhado por Mário Rodrigues Filho no livro “O negro no futebol brasileiro” (1947, 1964). O conceito se relativiza e se afrouxa no âmbito do próprio texto de Mário Filho quando ele cita negros e mulatos que povoavam os clubes de elite.
4. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 14 fev. 1924.
5. A designação de grandes clubes perdura até nossos dias, refere-se aos clubes que possuem tradição de vitórias no campo esportivo - principalmente no futebol -, instalações apropriadas para a prática de esportes e um grande número de afiliados e torcedores.
6. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 13 fev. 1924, p.5.
7. *Ibidem*.
8. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 15 fev. 1924, p.5.
9. *Ibidem*.
10. Observe-se que a aristocracia sempre criticou em termos gerais a burguesia pela busca obsessiva da sobrevivência e da acumulação. Entretanto, quando a burguesia se apropria do esporte tenta seguir os mesmos padrões da aristocracia nessa esfera social.
11. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 15 fev. 1924.
12. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 20 fev. 1924, p.2.
13. *ibidem*.
14. Fluminense, Botafogo, Flamengo, América e Bangu.
15. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 22 fev. 1924, p.7.
16. *Idem*, p.5.
17. *Ibidem*.
18. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 1 mar. 1924, p.5.
19. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 1 mar. 1924, p.10.
20. *Ibidem*.
21. **O Imparcial**, Rio de Janeiro, 1 mar. 1924, p.12.
22. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 7 mar. 1924, p.7.
23. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 29 mar. 1924. **O País**, já publicava, desde 11 de março de 1924, uma síntese dos estatutos e regulamentos da AMEA.
24. Artigo 5o., parágrafo 4o. do estatuto.
25. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 11 mar. 1924.
26. *Idem*, Rio de Janeiro, 9 mar. 1924, p.9.
27. *Ibidem*, Rio de Janeiro, 12 mar. 1924, p.7.
28. *Ibidem*, Rio de Janeiro, 7 abr. 1924, p.2.
29. *Ibidem*, Rio de Janeiro, 6 abr. 1924, p.10. O clube não é mencionado, o boato tanto poderia ser em relação ao Vasco, ao São Cristóvão ou qualquer outro clube.
30. *Ibidem*, Rio de Janeiro, 7 abr. 1924, p.2.
31. *Ibidem*, Rio de Janeiro, 9 abr. 1924, p. 7.
32. **O Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 17 abr. 1924, p.8, 19 abr. 1924, p.6.
33. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 16 abr. 1924, p.8.
34. **O Paiz**, Rio de Janeiro, 19 abr. 1924, p.11.
35. *Ibidem*.
36. *Ibidem*.

37. Os negros no Brasil ainda hoje encontram-se em estado de desigualdade social e econômica em relação aos brancos, mesmo levando em conta a dificuldade de classificação racial nos censos brasileiros.
38. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 29 mar. 1924.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983.
- CALDAS, W. **O pontapé inicial**: memória do futebol brasileiro. São Paulo, Ibrasa, 1990.
- CORRÊA, L.H. Racismo no futebol brasileiro. In: DIEGUES, G.K., org. **Esporte e poder**. Petrópolis, Vozes, 1985. p.
- ELIAS, N. **O processo civilizador**: formação de Estado e civilização. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1993.
- ELIAS, N.; DUNNING, E. **A busca da excitação**. Lisboa, DIFEL: 1992.
- FREYRE, G. **Sobrados e mucambos**: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 6.ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1996.
- GORDON JUNIOR, C.C. "Eu já fui preto e sei o que é isso": história social dos negros no futebol brasileiro - segundo tempo. **Pesquisa de Campo/Revista do Núcleo de Sociologia do Futebol**, n.3/4, p.65-78, 1996.
- _____. História social dos negros no futebol brasileiro. **Pesquisa de Campo/Revista do Núcleo de Sociologia do Futebol**, n.2, p.71-90, 1995.
- HELAL, R. **Passes e impasses**: futebol e cultura de massa no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1997.
- HIRSCHMAN, A. **Saída, voz e liberdade**: reações ao declínio de firmas, organizações e estados. São Paulo, Perspectiva, 1973.
- HOBBSAWM, E. A produção em massa de tradições: Europa, 1789 a 1914. In: HOBBSAWM, E.; RANGER, T. **A invenção de tradições**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1997. p.
- _____. **Sobre história**. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- LEITE LOPES, J.S. A vitória do futebol que incorporou a Pelada. **Revista da USP**, n. 22, p.64-83, 1994. /Dossiê Futebol/
- MANDELL, R.D. **Historia cultural del deporte**. Barcelona, Edicions Bellaterra, 1986.
- MATTOS, C. **Cem anos de paixão**: uma mitologia carioca no futebol. Rio de Janeiro, Rocco, 1997.
- MAZZONI, T. **História do futebol Brasil**. São Paulo, Edições Leia, 1950.
- MURAD, M. Corpo, magia e alienação - o negro no futebol brasileiro: por uma interpretação sociológica do corpo como representação social. **Pesquisa de Campo/Revista do Núcleo de Sociologia do Futebol**, n.0, p.71-8, 1994.
- _____. Futebol e violência no Brasil. **Pesquisa de Campo/Revista do Núcleo de Sociologia do Futebol**, n.3/4, p.89-103, 1996.
- RODRIGUES FILHO, M. **O negro no futebol brasileiro** (Prefácio de Gilberto Freyre). Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti, 1947.
- _____. **O negro no futebol brasileiro**. São Paulo, Civilização Brasileira, 1964.
- SACHER, A.; PALOMINO H. **Fútbol**: pasión de multitudes y elites: un estudio institucional de la Asociación de Fútbol Argentino (1934-1986). Buenos Aires, Centro de Investigaciones Sociales sobre el Estado y la Administración, 1988.
- SANTOS, J.R. **História política do futebol brasileiro**. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- SOARES, A.J. **Futebol, raça e nacionalidade no Brasil: reeleitura da história oficial**. Rio de Janeiro, 1998. Tese (Doutorado) - Universidade Gama Filho.
- _____. História e a invenção de tradições no campo do futebol. **Estudos Históricos**, v.13, n.23, 1999.
- VEYNE, P. **Como se escreve a história**: Foucault revoluciona a história. Brasília, UNB, 1995.

AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente aos comentários de Hugo Lovisoló, Jorge Fabri e Ronaldo Helal.

Recebido para publicação em: 09 jun. 1999
Revisado em: 20 out. 1999
Aceito em: 22 out. 1999

ENDEREÇO: Antonio Jorge Soares
Centro Federal de Ensino Técnico
UNIVERSIDADE GAMA FILHO
R Manoel Vitorino, 625
20748-900 - Rio de Janeiro - RJ - BRASIL